

ASPECTOS LINGÜÍSTICOS, SOCIAIS E COGNITIVOS NA PRODUÇÃO DE SENTIDO

1 Preliminares

O título desta exposição é amplo, mas os objetivos são mais modestos. Em essência, busca-se oferecer elementos para discutir a seguinte questão: *o que significa dizer que língua, cognição e sociedade contribuem para a produção de sentido nos processos de textualização?* Antes de prosseguir, gostaria de esclarecer como essa indagação deve ser entendida. A idéia central é sugerir que existe um inevitável e necessário entrelaçamento entre língua cognição e sociedade na produção textual. Tanto assim que, através dos tempos, vão variando inclusive as formas de produzir os mesmos gêneros textuais, já que a natureza das informações e da linguagem que as veicula mudam. Cognição e linguagem constituem-se socialmente e não são ditadas por alguma instância formal ou materialmente autônoma. Vejam-se, como ilustração, os textos a seguir, que trazem notícias tiradas de um jornal diário:

Exemplo (1)

“INTOLERÁVEL – Diariamente vemos os cocheiros de carroças que conduzem açúcar e outras mercadorias, espancaram os pobres animais quando estes, já, exaustos pelo cansaço, já por não poderem subir a planos mais ou menos elevados estacionam. Algumas pequenas chicotadas para ativá-los não seria condenável como é o bárbaro espancamento a cacete na cabeça dos pobres animais. Semelhante prática se irrita os nervos do espectador, é muitas vezes de grande prejuízo para o próprio dono do animal. Para esses fatos chamamos a atenção dos poderes competentes.¹”

Exemplo (2)

“AVISOS DIVERSOS: Aluga-se um sítio na Madalena, estrada nova da Torre, com boa casa de vivenda, estribaria, quarto para pretos e cacimba, por festa, ou anualmente: no Aterro da Boa Vista nº 43.²”

Exemplo (3)

“VENDAS – Vende-se um sobrado novo, de um andar, com 37 palmos de frente e 100 de fundo, quintal de 130 palmos, cacimba de boa água de beber: está livre e desembaraçado; na rua do hospício, junto à venda do leão de ouro, a tratar com o proprietário, Manoel Joaquim Venâncio de Souza.³”

Não é necessário muita perspicácia, nem é preciso ter muitos conhecimentos para perceber que estes textos não apareceram nos jornais dos últimos dias. Mas o que neles é estranho? O que indica pertencerem a uma outra época, ou seja, 150 anos atrás? Mais adiante retomarei esta questão para analisar estes exemplos no confronto com outros que ainda serão apresentados.

Com o objetivo de dar conta desses aspectos e na tentativa de defender a tese da estreita relação entre língua-sociedade-cognição, proponho que o processo de textualização seja analisado integralmente ao processo de compreensão constituindo uma atividade conjunta denominada **produção de sentido**. Em outros termos, gostaria de explicar como se poderia operar com uma fórmula do tipo:

((Textualização + Compreensão) → Produção de sentido) ° Texto

Neste caso, o texto enquanto evento discursivo seria equivalente (°) à produção de sentido vista como um efeito (→) da textualização e (+) uma dada compreensão. Com isto, não se dá ao autor/falante nem ao leitor/ouvinte papéis autônomos ou de tal ordem diferenciados a ponto de localizá-los em universos distintos. Em termos de consequência prática, isto conduziria, no caso do ensino de língua, por exemplo, a um tratamento integrado da leitura e da produção textual. E isto passaria a designar-se simplesmente **produção de sentido**. Nesta exposição, tentarei explicitar como se pode entender uma tal abordagem chamada **“Produção de Sentido”**. Parte substancial do problema está em saber-se qual a contribuição de cada um dos três aspectos enun-

¹ Fonte: *Diário de Pernambuco* – 26/08/1848 (publicado na coluna – *DIÁRIO na História*, em 26/08/1998, 150 anos depois).

² Fonte: *Diário de Pernambuco* – 30/08/1848 (publicado na coluna – *DIÁRIO na História*, em 30/08/1998, 150 anos depois).

³ Fonte: *Diário de Pernambuco* – 28/08/1848 (publicado na coluna – *DIÁRIO na História*, em 28/08/1998, 150 anos depois).

ciados no título deste trabalho: *língua, cognição, sociedade*.

Para que a questão faça sentido, temos que desmembrá-la em seus vários momentos. E isto pode ser feito nestas cinco teses:

1. A Língua é atividade e não estrutura ou forma
2. O Texto é um evento e não uma simples unidade estática
3. A autonomia lingüística (ou autonomia textual) é um mito
4. A compreensão humana é contextualmente configurada
5. A produção de sentido é o resultado de atividades cognitivas mediadas pela experiência organizada socialmente em regime de co-produção.

Seguramente, uma análise destas cinco teses seria tema para um programa de trabalho demorado, mas a análise das teses 4 e 5 pode ser ensaiada neste momento. É a elas que me aterei aqui por que é nelas que se articulam os três aspectos enunciados no título desta exposição.

2 Cognição, sociedade e experiência

A **Tese 4** afirma que “*a compreensão humana é contextualmente configurada*”, isto é, não elaboramos nossa compreensão à margem da experiência. Por outro lado, também convém lembrar que a recíproca é verdadeira, pois um simples contexto sem uma dada atitude compreensiva não é sequer perceptível. Não se trata de reatualizar a epistemologia kantiana na qual se dizia que “*a experiência sem a intuição é cega*” e que “*a intuição sem a experiência é vazia*”. Nem se trata de endossar pura e simplesmente Wittgenstein quando afirma que “*o limite da experiência é a linguagem*”. Trata-se, isto sim, de evitar o dualismo **mente-corpo**, o hoje tão discutido **dualismo cartesiano**, que postula uma divisão estrita entre cognição e realidade extra-mental, posição endossada pelo racionalismo chomskiano e por todos os que se comprazem com a metáfora do computador como modelo explicativo das atividades cognitivas. Portanto, com a **Tese 4** quero deixar claro que a compreensão não é uma atividade subjetiva fundada na aptidão mental apenas, nem na simples designação do mundo extra-mental, mas é elaborada pela própria experiência e por sua vez ajuda a elaborar novas experiências.

Já a **Tese 5** é uma espécie de complemento à **Tese 4**, na medida em que postula que a produção de sentido resultante de atividades cognitivas vem mediada por uma experiência “*organizada socialmente em regime de co-produção*”. Afirmando, pois, que a organização social da experiência é um dado essencial que garante a possibilidade de construir socialmente a compreensão nas relações intersubjetivas.

Se nós não organizássemos nossas experiências coletivamente (socialmente), as línguas enquanto mediadoras seriam artefatos inadequados para atividades intersubjetivas. É isto o que torna difícil a compreensão intercultural, mesmo quando se usa a mesma língua.

Friso que isto não tem a ver com uma revitalização das hipóteses relativistas de Sapir-Whorf, na sua forma forte, nem na formulação humboldtiana, na forma fraca. A diferença essencial entre a postura do relativismo lingüístico e a postura sócio-cognitiva é a maneira como se opera com a experiência. Para o relativismo, a experiência cultural se tornaria uma espécie de **currículo da língua** (integrado), ao passo que no meu caso a **experiência é um guia para fins de produção de sentido** e não um aspecto que com o tempo passaria a fazer parte das propriedades imanentes à língua.

Gostaria de trazer aqui um exemplo bastante simples e ilustrativo que foi relatado pelo colega Borges Neto em recente defesa de tese⁴. O episódio é o de um menino que aos dois anos e meio estava passando alguns dias numa praia onde havia um trenzinho cheio de crianças, puxado por cavalos que passavam repetidas vezes diante da casa onde o menino se achava hospedado. E toda vez que o trenzinho passava fazia enorme estardalhaço já que os cavalos tinham no pescoço um sininho. O menino corria para a janela e gritava: “*tontom, tontom, tontom*”. “**Tontom**” era o nome por ele dado para o cavalo na linguagem familiar. Ao retornar para casa, o menino, um dia, estava na janela e viu um catador de lixo puxando uma carrocinha na rua e gritou: “*tontom, tontom, tontom*”.

Na realidade, o menino estava utilizando traços de sua experiência anterior para identificar o puxador da carrocinha com o puxador do trenzinho. Seguramente, os pais disseram: “*filho, não é assim, mas assim...*” Ou seja, passaram a trabalhar socialmente a designação e seu designado. Este trabalho coletivo de tratamento sócio-cognitivo ordenado do mundo para fins comunicativos é que faz da linguagem essencialmente uma atividade. Mas uma atividade social e histórica, já que isto vai mudando de acordo com as mudanças sociais e históricas. É isto que nos leva a estranhar os elementos utilizados para o anúncio nos exemplos trazidos acima.

O caso do **exemplo (1)** traz um fato que hoje não mais se dá nas cidades, pois o que hoje trafega não são carroças e sim automóveis. Por outro lado, o **exemplo (2)** é ainda mais curioso, pois se há 150 anos era um valor social prestigioso ter uma casa com “*estribaria, quarto para pretos e cacimba*”, hoje, isto é, além de politicamente incorreto, por ser racista, é também supérfluo ou inadequado já que o valor de uma casa hoje se mede por uma garagem e não uma estribaria, por água encanada e não por uma cacimba, dependências de empregada e não

⁴ Refiro-me à Banca de defesa de tese para prof. titular, de José Borges Neto (UFPR) ocorrida em 28 de agosto de 1998, em Curitiba.

quarto para pretos. Os protótipos de valores sociais não são estáveis e variam de tempos em tempos de acordo com a evolução dos costumes.

De igual modo, seria impensável encontrar hoje uma nota que iniciasse assim:

*“fugiu, no dia 13 do corrente, às oito horas da manhã, a escrava Maria, de nação Baca, mas parecendo crioula, de boa figura, cor fula, cara larga, olhos pequenos e encovados, beiços grossos, nariz chato, com três costuras no pescoço (...) quem a pegar será gratificado.”*⁵

Ou um anúncio do tipo;

“Compra-se um preto velho, que entenda de plantações de sítio”,

simplesmente porque não estamos mais em época de escravidão. Mas um anúncio como:

“ADRIANA, loira, bela, 18 aninhos, sensual, carinhosa, gostosa, simpática, bilíngüe, completa para ele/ela e casais, a 100,00 duas horas, fone 00000”,

encontra-se todo dia em nossos jornais. Certamente, isto causaria espanto naquela sociedade de 150 anos atrás, sendo hoje trivial em quase todos os jornais diários. Trata-se de um outro tipo de sociedade ou de uma nova forma de escravidão. Imagine-se, por exemplo, a quantidade de informações que devemos processar para entender um texto publicitário como este:

“ANNY & CRIS Atend. juntas ou separadas, 100/50 hora, fone 00000”.

Retomemos o Exemplo (1):

“INTOLERÁVEL – Diariamente vemos os cocheiros de carroças que conduzem açúcar e outras mercadorias, espancaram os pobres animais quando estes, já, exaustos pelo cansaço, já por não poderem subir a planos mais ou menos elevados estacionam. Algumas pequenas chicotadas para ativá-los não seria condenável como é o bárbaro espancamento a cacete na cabeça dos pobres animais. Semelhante prática se irrita os nervos do espectador, é muitas vezes de grande prejuízo para o próprio dono do animal. Para esses fatos chamamos a atenção dos poderes competentes.”

Observe-se que aqui ocorrem aspectos curiosos de um mundo que pelo menos na maioria das zonas urbanas inexistia hoje em dia:

Diariamente vemos os cocheiros de carroças (...) espancaram os pobres animais

Somente uma reconstrução histórica da situação sócio-cultural do ano de 1848 permite entender o que ali se diz. Mas todos percebemos a defesa em favor dos animais na proposta final:

Para esses fatos chamamos a atenção dos poderes competentes.

Embora hoje não é dessa maneira que se expressa a ação.

De igual modo, ainda hoje alugamos e vendemos casas e apartamentos, mas não com os mesmos valores e as mesmas medidas como vimos no **exemplo (3):**

Vende-se um sobrado novo, de um andar, com 37 palmos de frente e 100 de fundo, quintal de 130 palmos, cacimba de boa água de beber...

O mundo hoje tem água encanada, esgoto, as áreas medem-se em metros quadrados e assim por diante.

Produzir textos é produzir propostas de significação com efeitos de sentido que não são permanentes ou estáveis, pois o sentido se efetiva no ato do processamento pelo seu leitor/ouvinte, que pode estar situado em tempos históricos defasados ou em contextos sócio-culturais diversos. Assim, produz texto quem escreve/fala, mas também quem lê/ouve. Os textos de 1848 aqui citados são hoje lidos com outra perspectiva do que aquela de então, principalmente quando não situados em seus contextos históricos, ou seja, quando retirados de suas condições de evento situado.

Mas esta questão amplia-se e vai muito além desse tipo de contextualização. E com isto entramos noutra esfera de observação, que seguramente vai ter repercussão muito grande sobre as formas de produzir sentido. De qualquer modo, fique claro que a língua não é um sistema de profecias, de cujo uso adivinhamos o que as pessoas que a produzem querem nos dizer.

3 A cognição e seus domínios

Em interessante análise sobre *elos cognitivos e domínios*, Sweetser & Fauconnier (1996) observam que a cognição humana é contextualmente configurada. Isto conduz a indagar sobre quais as ligações mentais com a realidade que tendemos a fazer preferencialmente e que tipo de efeito produzem os diferentes contextos nestas ligações. A questão é crucial porque recoloca o problema da relevância contextual no processo de produção de sentido, reacendendo a tese de que “os seres humanos acessam e processam informações similares ou idênticas de maneira diferente em contextos diversos” (p.2). Os dois autores analisam essas questões com base em alguns aspectos, tais como: *funções pragmáticas; metonímia; metáfora; analogia; conexões entre papéis e valores; identidade e relações de contrapartida*. Uma tese central a todos estes fenômenos é a de que:

“Nossas capacidades cognitivas humanas gerais parecem incluir a habilidade (e a necessidade) de construir frames ou compreensões estruturadas da maneira como certos aspectos do mundo funcionam.”(p. 5)

⁵ Fonte: *Diário de Pernambuco* – 28/08/1848 (publicado na coluna – *DIÁRIO na História*, em 28/08/1998, 150 anos depois).

A rigor, isto significa que toda nossa capacidade de lidar com o mundo e de ligar conhecimentos provém de nossos interesses e de nossa habilidade de organizar a experiência cognitivamente. Daí a importância que certos processos de estruturação assumem nesse trabalho. A questão diz respeito aos processos de produção de sentido mediante o suposto uso de sistemas de representação⁶ tais como as línguas humanas.

No momento, trata-se de desfazer alguns mitos a respeito da linguagem e seu funcionamento. Por exemplo: de sua capacidade de representação autônoma ou fidedigna da realidade, como se tivéssemos, de um lado a língua e, de outro, a realidade, sendo aquela a representação desta; uma espécie de funcionamento natural e literal. Também se trata de evitar a teoria da “*condução*”, ou seja, que a língua **conduz, porta, transporta, leva** conhecimentos de uma mente para a outra mediante um veículo que pode ser o texto escrito ou a fala.

Três, são, portanto, os equívocos a evitar:

1. autonomia da língua
2. caráter representacional da língua
3. propriedade transportadora da língua

Em contraparte, estas também são formas equivocadas de contemplar o texto, que não é autônomo, não é uma representação dos fatos, nem é um transportador fiel de informações objetivas nele depositadas. Para tanto, retomo, inicialmente, os cinco aspectos propostos por Sweetser & Fauconnier (1996:2-6) acima lembrados e que se revelam importantes para usos referenciais da língua e para a construção dos sentidos.

- (a) **Funções pragmáticas: metonímias** (p. 2) ligam domínios cognitivos entre si, permitindo que se diga, por exemplo; “*Na última viagem a Curitiba, esqueci Wittgenstein no avião.*”
- (b) **Metáforas** (p. 4) refletem a habilidade humana universal de ligar domínios com base em conexões experimentais de vários tipos.
- (c) **Analogias** (p.4-5), ao contrário da metáfora, não necessitam de uma relação estreita entre domínios experimentais, sendo por isso mesmo uma relação mais complexa e baseada em conhecimentos sistematizados.
- (d) **Conexões cognitivas entre papéis e valores** (p. 5) são cruciais para representações de ações específicas, pois os papéis, além de envolverem um *frame* também envolvem a operação com um *frame*, por exemplo “*garçom*”, “*Presidente da República*”, “*professor primário*” e assim por diante.
- (e) **Identidade e relações de contrapartida** (p. 6) partem da noção de que a referência e a correferência são aspectos semânticos funda-

mentais. Assim é que a operação com pronomes como “**eu**” e os reflexivos como “**mim**” é bastante complexa.

Observe-se que estes cinco tipos de operações cognitivas servem para organizar as experiências e as ações humanas lingüisticamente e ligá-las a domínios específicos de significação. Eles também mostram que a visão objetivista ou realista da linguagem que insiste em analisar a compreensão independentemente do contexto social e cognitivo não é uma boa forma de explicar o funcionamento da linguagem.

Vejam alguns textos que fazem intenso uso desses recursos para obter seus efeitos. O **Exemplo (4)** “*Expressão-gilete*” é uma lição de gramática dada por um gramático num periódico diário. Note-se aqui o esforço da autora, Dad Squarisi, para passar suas lições gramaticais de maneira informal e ao mesmo tempo irônica.

Exemplo (4) **EXPRESSÃO-GILETE⁷**

Bateu pânico na campanha eleitoral. Era hora de gravar o recado. O deputado Osório Adriano encontrava-se ali, a postos. O sorriso estava pronto. A pose também. Mas, no momento de ler o texto pintou a dúvida: “Fui um dos que...” lutou ou lutaram? Era uma armadilha, ele sabia. O que fazer? Chutar? E se errasse? Cairia na boca dos inimigos. E entraria no rol dos que dizem “nós vai”, ou “a gente fazemos”. Melhor não correr riscos inúteis. A gramática está aí pra prestar socorro. “Um dos que” é expressão-gilete. Corta dos dois lados. Topa o plural e o singular. “Fui um dos que lutou”, poderia ter dito o parlamentar-candidato. “Fui um dos que lutaram” também. Ambas as formas estão certas. /.../

Observe-se neste trecho da exposição que há um sem-número de metáforas para conduzir o tópico da lição gramatical, partindo do próprio título. Pode ser uma estratégia para facilitar a assimilação ou tornar a lição mais palatável. O que de fato importa é que não há uma relação com fatos empíricos específicos e tudo não passa de alusões para criar uma exposição plasticamente concreta:

*Bateu o pânico na campanha eleitoral. (...)
Mas no momento de ler o texto, pintou a dúvida. (...)*

Era uma armadilha, ele sabia. (...)

Cairia na boca dos inimigos.

A gramática está aí para prestar socorro.

Corta dos dois lados.

É interessante observar que a Literatura em geral faz intenso uso das operações acima apontadas e de muitas outras como recurso estilístico ou proposta de efeitos de sentido. Justamente a idéia de que a Literatura faz uso mais intenso dessas ope-

⁶ A expressão “*representação*” é aqui usada em seu sentido comum no dia a dia e não em algum sentido técnico ou comprometido com alguma das teorias representacionistas existentes. Adiante, serão feitas algumas observações sistêmicas sobre esta questão.

⁷ **Fonte:** DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01 de setembro de 1998.

rações do que as realizações lingüísticas cotidianas é um equívoco muito grande. Se observarmos com atenção nossas produções lingüísticas mais desprentensiosas, veremos que estão cheias dessas operações. Nada espetacular quanto aos resultados, é certo, mas muito adequado e importante como estratégia de produção de sentido. É de se questionar se existe um estado literal da língua ou um uso expressivo constante.

Vejamos ainda o caso do **Exemplo (5) “FEBRE AMARELA”**, uma notícia da seção de economia de uma revista semanal, que já pelo título nada tem a ver com a significação literal, mas estabelece uma associação com um fenômeno bem conhecido para produzir, analogamente, efeitos de grande impacto. Trata uma questão econômica como doença, “*febre amarela*”, e auxilia-se de um item lexical que aproxima cognitivamente a origem da crise financeira com a doença pela mediação com a designação de uma população conhecida como “*amarela*”. Vejamos uma parte do texto:

Exemplo (5)

FEBRE AMARELA⁸

Para resumir a história, o iene japonês voltou a despencar na semana passada, produzindo uma nova maré de queda nas bolsas de valores de todo o mundo, inclusive do Brasil. /.../

Não é aqui o lugar de aprofundar essas operações, pois são bastante conhecidas. Contudo, algumas poucas observações se fazem necessárias para um bom entendimento do que se segue. Vejamos um pouco de cada uma das cinco operações.

1. Metonímia:

A metonímia é uma função pragmática do uso da língua, ou seja, liga domínios funcionalmente diversos. Assim, o autor de um livro pode ser tomado pelos próprios livros: é o caso de “*ler Platão*”= uma obra de Platão. As entidades situam-se em dois espaços cognitivos que operam como contrapartes conectadas. Se dermos uma olhada nos textos do dia a dia, vamos nos surpreender como produzimos um sem-número de metonímias, ou seja, relacionamos espaços mentais funcionalmente diversos para produzir sentidos específicos.

2. Metáfora:

A metáfora é a produção de espaços mentais numa conexão menos evidente que a metonímia e seus processos de produção são outros. É assim que entendemos a manchete do **Diário de Pernambuco** que a propósito da quebra da bolsa na Rússia e a pane econômica do bloco comunista dizia: “*Afunda o último Titanic do Leste*”. No caso da metáfora, dois mundos independentes são conectados como se fossem equivalentes, mas criando

outro a parte. Vejam-se estes casos comuns:

- *hoje dei um passo importante no meu trabalho*

- *as bases deste estudo são os autores tais e tais*

- *o fio condutor de nossa reflexão é a noção de que...*

- *a língua é um labirinto de caminhos*

sabemos o que é dar um passo quando caminhamos, mas nada de semelhante realizamos quando fazemos um trabalho; contudo, todos sabemos do que se trata. Não é a transposição de sentidos de um domínio para outro, como pensava Aristóteles e sim a criação de um domínio cognitivamente motivado. A metáfora faz com que dois domínios cognitivos interajam por meio de um elemento comum. Não se trata da transposição de um *sentido original* para outro *secundário* ou *derivado*, mas da *origem de um sentido* na interação de dois espaços subjetivamente sentidos como interconectados.

3. Analogia:

A analogia foi muitas vezes confundida com a metáfora e vice-versa. Sweetser & Fauconnier (1996:5) observam que, tal como a metáfora, a analogia não precisa fundar-se numa estreita conexão de dois domínios ligados, mas ao contrário da metáfora, a analogia realiza uma transferência direta. Assim é, por exemplo, a analogia do átomo com o sistema solar, ou a “*expressão-gilete*”. Mais do que modelos mentais, estão aí presentes fenômenos específicos correlacionados em escalas muitas vezes diversas. É assim que podemos ver todos os modelos analógicos como simulações.

4. Papéis e valores:

Papéis são explicáveis como enquadres (**frames**) funcionais e carregam consigo valores específicos. Assim, as expressões *mãe, pai, filho, presidente, diretor, aluno* etc. são papéis aos quais estão vinculados valores e quando usamos estas expressões estamos conectando um universo relativamente amplo a elas. Este universo é nosso mundo experiencial que traz consigo uma estrutura ou um quadro cognitivo que ordena elementos e os avalia. Assim, por exemplo, a expressão “*o vendedor*” indica não apenas um indivíduo num determinado papel, mas também relações de compra e venda, relações de poder, posições, sistema de troca etc. “*Presidente do Brasil*” aponta para um papel numa estrutura política definida diferente de “*Imperador romano*” ou de “*aluno*” que aponta para um sistema social educacio-

⁸ Fonte: VEJA, Ano 31, nº 33, 19 de agosto de 1998, p. 118.

nal e assim por diante. Papéis são funções situadas no contexto social e possibilitam um máximo de operações com um mínimo de linguagem e explicitude.

Na medida em que entendemos como funciona o sistema de papéis numa dada sociedade, estamos entendendo mais do que os papéis, mas o funcionamento da própria sociedade. Assim, num processo de textualização, ao usarmos uma dada expressão como “juiz de paz” evocamos mais do que um indivíduo, mas um sistema social, jurídico e determinadas ações envolvidas que podem ser subentendidas como ativadas ou introduzidas cognitivamente com funções relevantes em determinados momentos do texto.

5. Identidades e relações de contraparte:

Todos nós conhecemos os sérios problemas envolvidos na questão da *sinonímia*, *antonímia*, *hiper-* e *hiponímia*, *correferência* etc. Estas relações são estabelecidas em vários níveis e domínios, não são uniformes, não operam na mesma perspectiva nem se dão por alguma virtude da língua, por exemplo, uma suposta *autonomia semântica*. Deixando as outras relações de lado, vejamos o caso da **correferência**. Trata-se de um fenômeno que só se dá textualmente, ou numa cadeia de enunciados e pode ser realizada por múltiplos elementos que inclusive não têm propriedades semânticas sinonímicas, como é o caso de retomadas de um nome por seu papel, ou seja; “o Presidente do Brasil” = “Fernando Henrique Cardoso”. O problema não é apenas sintático ou semântico, mas de produção de domínios cognitivos ou “espaços mentais”, como prefere Fauconnier.

Veja-se, por exemplo, uma peça textual como os autos de um processo criminal. Neste caso, uma dada pessoa, ou seja, o réu, é introduzida como *Fulano de Tal x* (o cidadão), depois ele aparece como *Fulano de Tal x'* (o réu), depois aparece como *x²* (o estuprador) e assim por diante. Ele é muitos (em seus efeitos de sentido) e um só (como entidade). Retomadas pronominais são retomadas correferenciais sob o ponto de vista extensional, mas não da significação. O mesmo ocorre quando eu refiro alguém como *Fulano aos 5 anos de idade* e depois eu lembro o mesmo indivíduo como *Fulano aos 80 anos de idade*. Em ambos os casos eu poderia estar designando *Picasso*, por exemplo, mas sob um certo aspecto não estaria me referindo ao famoso pintor em ambos os casos. Ou então o ator *x* no papel de *Fulano y*, de modo que quando digo: “Hitler está ótimo em ‘O Grande Ditador’.” Num certo sentido estou me referindo a Charles Chaplin, mas na condição de ator ou no exercício de papel teatral. Quando

alguém olha sua foto e diz “*este sou eu*”, certamente sabe o que diz e tem em mente um outro domínio referencial. Há pouco saiu um livro que leva por título: “*O Presidente pelo Sociólogo*”. Todos sabemos que se trata da mesma pessoa, ou seja, Fernando Henrique Cardoso, mas numa relação de contraparte que envolve papéis (sociólogo) *x* (presidente). Certamente, não se trata de esquizofrenia, quando FHC diz em suas elucubrações de candidato-presidente: “*Aqui falo como candidato e não como presidente*”. Não é fácil distinguir com precisão estes dois papéis quando exercidos simultaneamente pelo mesmo indivíduo, mas temos uma noção clara do que deveríamos entender ou qual é a instrução que aquela expressão nos dá.

Sweetser & Fauconnier (1996:6) trazem um exemplo para essa relação de identidade e contraparte na historinha da “*Filha Mã*”. Poder-se-ia dizer dessa filha que:

“*Se ela¹ fosse seu pai, ela² odiaria a si própria.*”

– – –
{a filha má} {o pai} {filha má}

A contraparte do pronome *ela¹*, ou seja, *ela²*, não tem correspondente no “mundo real”, mas é a construção subjetiva de um ente “*pai*” com seu papel, corpo, emoção etc. Esse problema de contrapartes e identidades referenciais em casos de usos metafóricos são analisados por Lakoff (1996) em exemplos tais como: “*eu não sou eu mesmo hoje*”.

4 Articulação dos aspectos língua, cognição e sociedade no texto

Questão central neste momento é saber como metáforas, metonímias, analogias, papéis, enquadres, espaços mentais etc. estão refletidos nas estruturas lingüísticas. Em princípio, parece não haver relações necessárias, mas há relações, como vimos. Não são relações do tipo das que postulavam os relativistas, nem são meras representações cognitivas. Embora não necessárias, tais relações estão estabilizadamente refletidas na língua pelo seu uso cotidiano. Também é certo que a língua não reflete essas relações autonomamente, como se fossem entidades ou objetos de um mundo objetivo e real independente como as árvores, os macacos e as pedras. Sweetser & Fauconnier (1996:7) sugerem que deve haver um princípio geral que possibilite essas conexões. Este princípio é o **Princípio de acesso**.

O **princípio de acesso** diz que uma *expressão lingüística* (um **trigger**) nomeia/refere/descreve (*acessa*) uma entidade (**target**) num outro domínio se e somente se este segundo domínio é cognitivamente acessível pelo primeiro e se há uma conexão entre o **trigger** e a **target**. (p. 7)

Assim, a expressão “*restaurante*” dá acesso a um domínio complexo em que há pelo menos *comi-*

da, garçom, cozinheiro, mesas, talheres, pratos, bebida etc. não numa ordem determinada nem numa hierarquia necessária. Só assim é possível que se desenvolva um diálogo deste tipo, que sob certo aspecto coloca a questão da *relevância condicional* sob novo enfoque:

A: *hoje almocei num restaurante*

B: *e a comida estava boa?*

O problema é identificar as fontes desse acesso e seu mecanismo geral. Fauconnier tem postulado reiteradamente a **teoria dos espaços mentais** como a sugestão mais adequada para a explicação da relação semântica e cognição nas línguas naturais. Note-se que em alguns casos, a ambigüidade de enunciados se dá em virtude de eles operarem em dois espaços mentais diversos e não em virtude de alguma função semântica. Vejamos, por exemplo, os 3 casos trazidos por Sweetser & Fauconnier (1996:9):

1. *Em 1952, o homem de cabelos grisalhos dirigiu a CIA.*

((ele tinha cabelos grisalhos naquele tempo ou ele tem cabelos grisalhos hoje?))

2. *No filme, o homem com cabelos grisalhos é um espião.*

((quem tinha cabelos grisalhos? O ator? O personagem? Ambos?))

3. *Se Jack fosse mais velho, seus cabelos grisalhos inspirariam confiança.*

((Será que Jack já tem cabelos grisalhos ou ele os teria apenas na situação contrafactual?))

Para Sweetser & Fauconnier (1996:10), ambigüidades deste tipo decorrem de problemas com o **Princípio de Acesso**. Para os autores, a *teoria dos modelos mentais* responderia a esta questão na medida em que providencia um modelo da construção de sentido “que teria lugar sob a pressão de formas lingüísticas, contexto, conhecimentos prévios e outros fatores pragmáticos”. Enunciados como os 1-3 originariam, no discurso, novos domínios que conduziriam o ouvinte/leitor a abrir novos espaços mentais a partir de uma base. A expressão “*homem de cabelos grisalhos*” oferece uma informação de base que será interpretada no contexto de outros conhecimentos, inclusive no confronto com dados dispostos no discurso. Um espaço é interpretado na relação com outro e isto faz da noção de **acesso** um aspecto central nesse movimento de conexões.

Supondo a idéia de Sweetser & Fauconnier (1996:18) de que

“complexas construções cognitivas de nível mais alto se acham por trás de nossos raciocínios diários, de nossa conduta social e de nosso uso da língua, e que tais construções podem ser descobertas e cientificamente investigadas pelo uso de evidências providenciadas pela gramática, isto é, marcas gramaticais e organização gramatical”,

resta saber como se dá a conexão entre a estrutura lingüística e o ponto de vista. Por exemplo,

como operam os tempos verbais, os modos verbais e os determinantes para criar espaços cognitivos? Nesta perspectiva, funcionam também os dêiticos, os pronomes, os elementos que constroem identidades referenciais no discurso (correferência) e assim por diante.

Certamente, a solução encontrada para fazer sentido em todos os usos lingüísticos acha-se profundamente determinada pela experiência cultural de cada um. Mas não podemos restringir o fato a este tipo de limitação, pois isto instauraria um tipo de neo-subjetivismo.

6 Produção de sentido

Inicialmente, postulei algumas teses, entre as quais estava uma que dizia que o texto é um evento e não uma simples unidade formal. Também sugeri que se visse a textualização, enquanto processo, como uma atividade de produção de sentido. As exposições até aqui feitas argumentaram nesta direção e agora pedem uma concepção de texto que não o veja como um mero artefato lingüístico transparente, unívoco e que funcione por si mesmo. Muito menos que seja apenas uma unidade semântica portadora de informações lingüisticamente codificadas. Para tanto, adoto a noção de texto tal como proposta por Beaugrande (1997:10) quando diz:

“É essencial que se veja o texto como um evento comunicativo em que convergem ações lingüísticas, sociais e comunicativas e não simplesmente como a seqüência de palavras escritas ou faladas.”

Um texto pode ser visto como uma seqüência de sons, palavras, significações, informações, frases, ações etc., mas ativado pelos produtores em contextos de atuação no mundo real em que vivem. Uma tal seqüência de sons, palavras etc. é como

“um iceberg – uma pequena quantidade de matéria ou energia dentro da qual se acha uma enorme massa de informação ‘condensada’ por um falante ou ouvinte e que está pronta para ser ‘amplificada’ por um ouvinte ou leitor” (p.11).

Tomemos como exemplo desse “*iceberg*” o texto (6) que faz um intenso uso de conhecimentos enciclopédicos e práticas sócio-políticas que já conseguiram gerar até mesmo um imaginário social bastante arraigado. Trata-se de uma charge política em que dois políticos em vésperas de eleição dialogam. Após ambos lerem uma informação divulgada nos meios de comunicação, posicionam-se:

Exemplo (6)

VEREDA TROPICAL

“Senadores e deputados poderão perder imunidade parlamentar para crimes comuns.”

A: *se isto acontecer, abandono a carreira política.*

B: *eu também. Vou arranjar outro esconderijo.*

Toda a força dessa charge acha-se precisamente na expressão “*esconderijo*” que opera como o

desencadeador de um imenso conjunto de inferências (espaços mentais) bastante complexos e fundados em experiências presenciadas com os homens públicos dos últimos séculos.

Para Beaugrande (1997:10), um texto é um **sistema real** de escolhas realizadas no uso de uma dada língua que por sua vez seria um **sistema virtual** de escolhas possíveis. O sistema real a que se refere Beaugrande pode ser agora concebido, a partir das sugestões de Sweetser & Fauconnier (1996), como um domínio ativador de espaços cognitivos, sendo que o sentido (sistema real) seria precisamente uma conexão específica de um espaço determinado. O sistema virtual tem restrições ou condições “*permanentes*”, tais como as regras ditadas pela gramática da língua, e o sistema real teria restrições “*emergentes*” ditadas por contextos cognitivos ou por situações específicas, como a escolha do estilo ou dos elementos mais adequados para um certo efeito. Para Beaugrande (1997:11),

“as pessoas usam e compartilham a língua tão bem precisamente porque ela é um sistema em contínua interação com seus conhecimentos partilhados sobre seu mundo e sua sociedade.”

Quando afirmei que as escolhas atuais no processo de produção de sentido na construção de um texto eram oriundas de um sistema virtual (a língua) para formarem o sistema atual do texto, e que estas escolhas reais eram condicionadas e emergentes, tinha em mente a prática usual no uso diário da língua. Somos intuitivamente competentes nessa atividade, sem que nos demos ao trabalho de muita elucubração. Suponhamos que desejo me comunicar com um amigo que se acha distante e há muito não o vejo. Para tanto, escrevo-lhe uma *carta*, ou lhe dou um *telefonema*, que são gêneros estabilizados com certas estruturas e condições de organização, não ditadas pela gramática como tal. O estilo informal e a escolha lexical bem como a complexidade das estruturas sintáticas ou seqüência dos tópicos serão ditados pelo tipo de interesse do momento. Tudo isso seria uma escolha bem diversa não só no gênero textual como em tudo o mais, se eu tivesse que escrever um *artigo científico* ou então uma *notícia jornalística* ou seja lá o que for. Emergentes são estas propriedades, mas elas estão de algum modo estabilizadas na experiência sócio-cultural que consagrou formas típicas de realizar os mais diversos gêneros textuais.

A produção de sentido, neste caso, diz respeito a escolhas para atingir certos efeitos com instruções de tal modo organizadas que possam conduzir àquele objetivo. Certamente, ao redigir um *texto legal*, devo cuidar para não ser ambíguo nessa produção de sentido, mas ao escrever um *poema*, posso seguir outra sugestão. Saber que tipo de escolhas devo fazer é o mesmo que ter conhecimentos sociais, culturais e lingüísticos de tal ordem que permitam obter o efeito desejado.

Esta atividade de textualização, que parece ser fácil para os usuários, é difícil para os estudiosos da

língua, pois não há como comandar esse desenvolvimento a partir de algumas regras gerais ou específicas. O ensino de gramática ou qualquer outra coisa no trato da língua só fará sentido se voltado para este tipo de necessidade, pois é totalmente inócua a posição de **guardião da língua**, já que a língua não se sujeita às academias. Concebida desta forma, a língua é um sistema que se **auto-organiza** em função de seus objetivos integrados às necessidades de uma dada sociedade.

Mais uma vez concordo com Beaugrande (1997:12) quando lembra que “a língua é mantida pelas práticas discursivas”, não sendo oportunas atitudes policialescas, pois a ordem pode emergir do caos, sendo pouco útil a prática teórica das distinções dicotômicas, tão caras a uma determinada postura dominante neste século. Assim, como muito bem postula Beaugrande (1997:12), pode-se afirmar que:

“Certamente, muito esforço será requerido para para rever profundamente as visões familiares de conceber a língua tanto no senso comum como na perspectiva científica a fim de: (1) reintegrar a língua com cognição e sociedade; (2) reconhecer sua evolução contínua; (3) dar conta das versões variantes da língua entre situações diferentes e falantes diversos; e (4) reconsiderar o equilíbrio entre a liberdade do usuário da língua versus as convenções da comunidade lingüística”.

Se assim procedermos, não será difícil conceber uma maneira totalmente diversa de compreender não só o ensino da língua, mas sua investigação. Mais do que propor sistemas lógicos para resolver ambigüidades, estabelecer normas e regras de boa formação ou então determinar significados precisos para as palavras, podemos ver que é na riqueza da criação de espaços cognitivos alternativos, para usar mais uma vez da expressão de Fauconnier, que reside o uso genuíno da língua. Seguramente, será mais produtivo indagar-se sobre as formas de produção de sentido em situações concretas do que indagar-se sobre as regras ou os princípios de boa-formação textual.

Não há dúvida de que como *evento comunicativo*, um texto deve obedecer a regras mínimas para atingir este objetivo. É neste ponto que entra a idéia de que se não conseguimos processar um artefato lingüístico de tal modo que produza sentido, então ele falha na sua proposta. Por que ele falha? A primeira resposta é: ele não pode ser processado com os princípios gerais da textualidade. Não se trata de tomar os princípios da textualidade como propriedades imanentes ao texto como tal, mas como estratégias de processamento propiciadas pelo produtor daquele texto.

Concluindo

Considerando todos os aspectos tratados até aqui, gostaria de concluir com uma proposta geral de observações que poderiam ser caracterizadas

como uma **agenda mínima** de investigações necessárias para um melhor domínio das questões levantadas. Entre as propostas estão:

1. **Textualização como um processo de produção de sentido** em atividades lingüísticas e cognitivas situadas, envolvendo a passagem de sistemas virtuais para escolhas concretas.
2. **Língua, cognição e realidade social como co-constitutivas** na produção de sentido.
3. **Sentido como resultado de operações com e sobre textos** em contextos de uso.
4. **Compreensão como atividade de co-produção de sentido** guiada por fatores que se dão pela mediação da linguagem que atua em espaços cognitivos variados e simultâneos.

Bibliografia

- BEAUGRANDE, Robert de. 1997. *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey, Ablex.
- FAUCONNIER, Gilles & Eve SWEETSER (Eds.), 1996. *Spaces, Worlds, and Grammar*. Chicago and London, The University of Chicago Press.
- LAKOFF, George. 1996. "Sorry, I'm Not Myself Today: The Metaphor System for Conceptualizing the Self". In: FAUCONNIER, Gilles & Eve SWEETSER (Eds.), 1996, pp. 91-123.
- SEWEETSER, Eve / Gilles FAUCONNIER. 1996. 'Cognitive Links and Domains: Basic Aspects of mental Space Theory'. In: FAUCONNIER, Gilles & Eve SWEETSER (Eds.), 1996, pp. 1-28.